



SEGUROS NÃO VIDA

RELATÓRIO E CONTAS

AEGON
SANTANDER
PORTUGAL

NÃO VIDA
2020

RELATÓRIO E CONTAS

**AEGON
SANTANDER
PORTUGAL**

**NÃO VIDA
2020**



SENHORES ACIONISTAS

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

01	Relatório do Conselho de Administração	5
01.01	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	6
01.02	Governança da Sociedade	8
	Estrutura e Modelo de Governo	8
	Estrutura Acionista	11
	Órgãos Sociais	12
	Código de Conduta	12
	Política de Remunerações	13
01.03	Enquadramento da Atividade	14
	Cenário Macroeconómico	14
	Mercado de Seguros em Portugal	24
01.04	Análise de Gestão	27
	Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	27
	Síntese de Indicadores	28
	Atividade Comercial	29
	Gestão de Ativos	29
	Custos e Gastos por Natureza a Imputar	30
	Recursos Humanos e Formação	30
	Capital Próprio e Solvência	31
01.05	Perspetivas para 2021	32
01.06	Proposta de Aplicação de Resultados	32
01.07	Nota Final	33
02	Demonstrações Financeiras e Anexo	35
03	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	99
04	Certificação Legal de Contas	105



01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01.01

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

01.02

Governança da Sociedade

01.03

Enquadramento da Atividade

01.04

Análise de Gestão

01.05

Perspetivas para 2021

01.06

Proposta de Aplicação de Resultados

01.07

Nota Final

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Desde a fundação da Aegon Santander Portugal Vida e Não Vida, em dezembro de 2014, que o compromisso com os nossos clientes sempre foi: proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens. Este propósito nunca foi tão relevante como em 2020. Estivemos totalmente focados em apoiar os nossos clientes, rede de distribuição, colaboradores e a comunidade.

A pandemia Covid-19 tem sido uma tragédia em termos de saúde pública e causou disrupções significativas na vida das pessoas e na economia global. Estamos extremamente orgulhosos pela forma como os nossos colaboradores e parceiros responderam a este desafio.

Atuámos rapidamente na expansão das nossas capacidades de trabalho remoto, mantendo elevados níveis de serviço aos nossos clientes e rede de distribuição do Banco Santander, em particular durante os períodos de confinamento. A Aegon Santander também assumiu um papel relevante no apoio a todos os clientes do Banco Santander, onde desde o início da pandemia concedeu o acesso à App Safecare Saúde, independentemente de terem ou não contratado este serviço ou serem sequer nossos clientes. O objetivo foi conferir-lhes o acesso a um médico 24h/7 dias por semana, sem limite de utilização e livre de qualquer custo, num momento em que uma consulta por vídeo-chamada podia fazer toda a diferença.

Apesar destas circunstâncias difíceis, a Aegon Santander Portugal Não Vida continuou a merecer a confiança dos clientes e apresentou uma *performance* financeira sólida. Isto não é por acaso. Ao longo dos 6 anos de atividade operacional, intencionalmente construímos uma solidez financeira e mantivemos uma abordagem prudente e disciplinada nas soluções de proteção disponibilizadas aos clientes e investimentos efetuados.

Em 2020, continuámos a investir no futuro mantendo o nosso plano estratégico focado em 3 prioridades: (i) *portfolio* de produtos, apostando no desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades de utilização e proteção do cliente; (ii) transformação de processos, promovendo maior proximidade, comodidade e facilidade de contratação por parte dos clientes, com enfoque particular em capacidades digitais, e (iii) posição de capital robusta, que se mantém como uma vantagem competitiva e permite-nos continuar a investir no nosso negócio.

O ano de 2020 ficou igualmente marcado pela consolidação da exploração da atividade incorporada em 2019, correspondente às apólices de seguro comercializadas pela Popular, Companhia de Seguros, S.A., bem como pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2023.

O volume de prémios brutos emitidos aumentou 19% para os 61M euros (2019: 51,1 M euros). Por outro lado, o volume de sinistros de seguro direto apresenta um aumento de 42%, espelhando as enormes necessidades dos serviços que disponibilizamos aos nossos clientes, bem como o nosso compromisso para os apoiar nos momentos mais difíceis.

O resultado líquido diminuiu para 4M (2019: 5M), em reflexo do referido do apoio dado aos clientes por via de sinistralidade. Por outro lado, destacamos o reforço significativo da posição de liquidez em 78%, acompanhado de um aumento de 19% da carteira de ativos disponíveis para venda refletem a capacidade de geração de capital do nosso negócio.

Os resultados obtidos não seriam possíveis sem a extraordinária cultura da Aegon Santander Portugal, onde tanto individualmente como enquanto organização demonstrámos a nossa capacidade de aprender com circunstâncias em alteração constante e de encontrar novas formas de apoiar todos os *stakeholders*. O nosso propósito une-nos e os nossos princípios guiam-nos em tudo o que fazemos, agindo sempre de acordo com os padrões mais elevados de ética e integridade.

A premiar o trabalho desenvolvido durante o ano de 2020, em janeiro de 2021 os nossos clientes reconheceram o valor que lhes conferimos e tornaram possível a vitória da Aegon Santander do Prémio Cinco Estrelas, na categoria de *Bancassurance*.

Em 2021, continuaremos a inovar, mantendo a nossa flexibilidade na adaptação a mundo em mudança. Esta é a exigência dos nossos clientes, a expectativa dos nossos acionistas e o requisito da nossa comunidade.

Tomás Alfaro
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Governança da Sociedade

Estrutura e modelo de governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

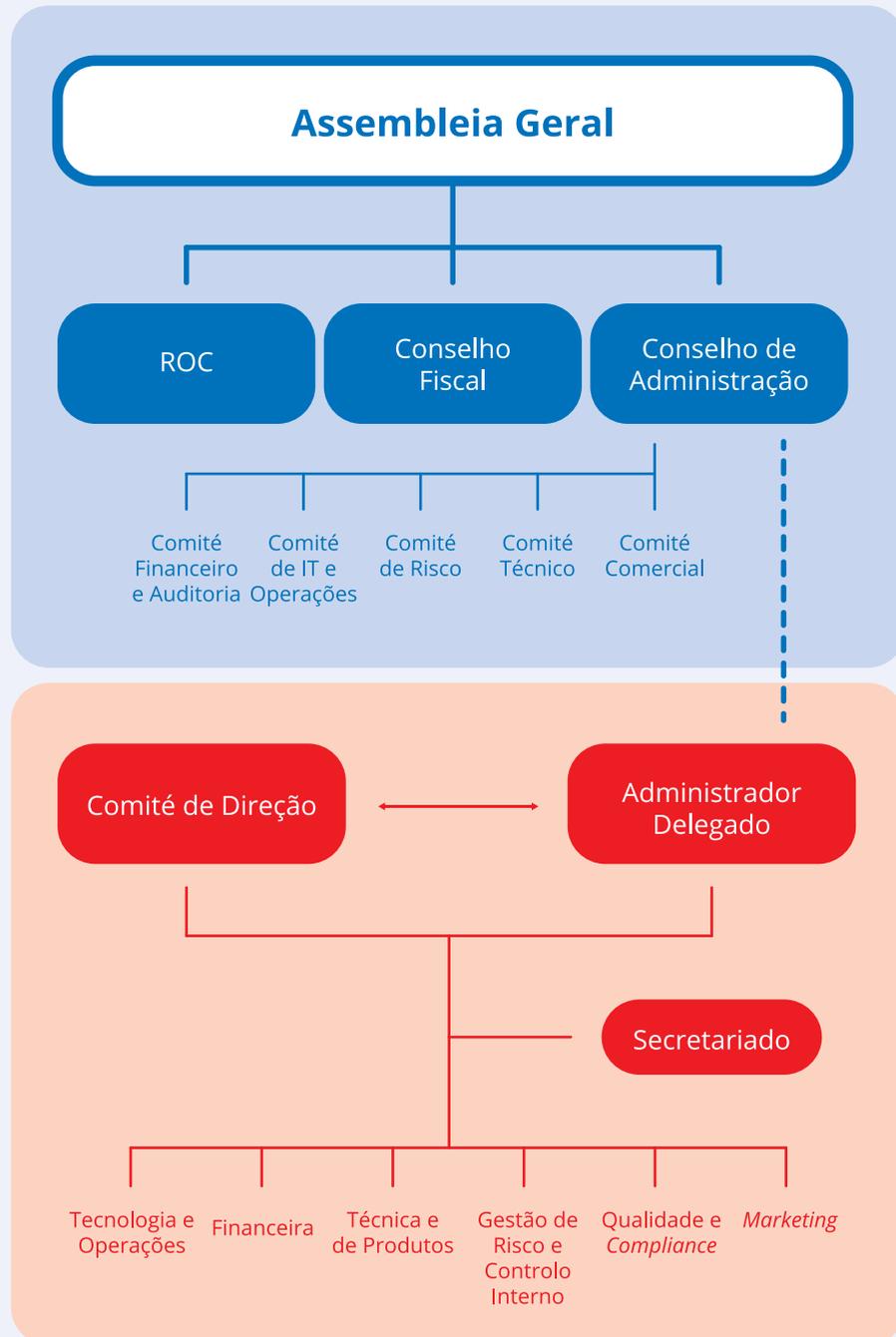
Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

Organograma

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Adicionalmente, os Comités apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e seis Direções, nomeadamente:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- Direção de *Marketing*.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

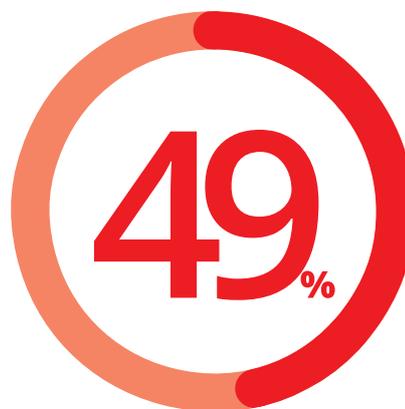
No cumprimento da Norma Regulamentar n.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave e do atuário responsável.

Durante o 2.º trimestre de 2020 verificou-se uma alteração relativamente à estrutura organizacional da Companhia, com a criação da direção de *Marketing*, que visa reforçar uma imagem reputacional positiva e assegurar que a estratégia e o desenvolvimento da Companhia são compreendidos por todos os *stakeholders*.

Estrutura Acionista



Aegon Spain Holding B.V.



Santander Totta Seguros, S.A.

Órgãos sociais

Assembleia Geral

António Miguel Terra da Motta
Presidente

Alexandre Jardim
Secretário

Conselho de Administração

Tomás Alfaro Uriarte
Presidente

Nuno Miguel Frias Costa
Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Borja Borrero Mayora

Cristina Melo Antunes

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García

José Ramon Azurmendi Ubarrechena

Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias
Presidente

António Baia Engana
Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha
Suplente

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia ou
José Manuel Henriques Bernardo.

Código de conduta

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da *internet* da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios insitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Até ao final do ano de 2020 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2020, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º 1 do artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: (i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; (ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da *internet* da Companhia.

Enquadramento da atividade

Cenário Macroeconómico

Internacional

Em 2020, a economia mundial registou uma profunda recessão, com uma contração do PIB de 3,5%, fruto da pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19.

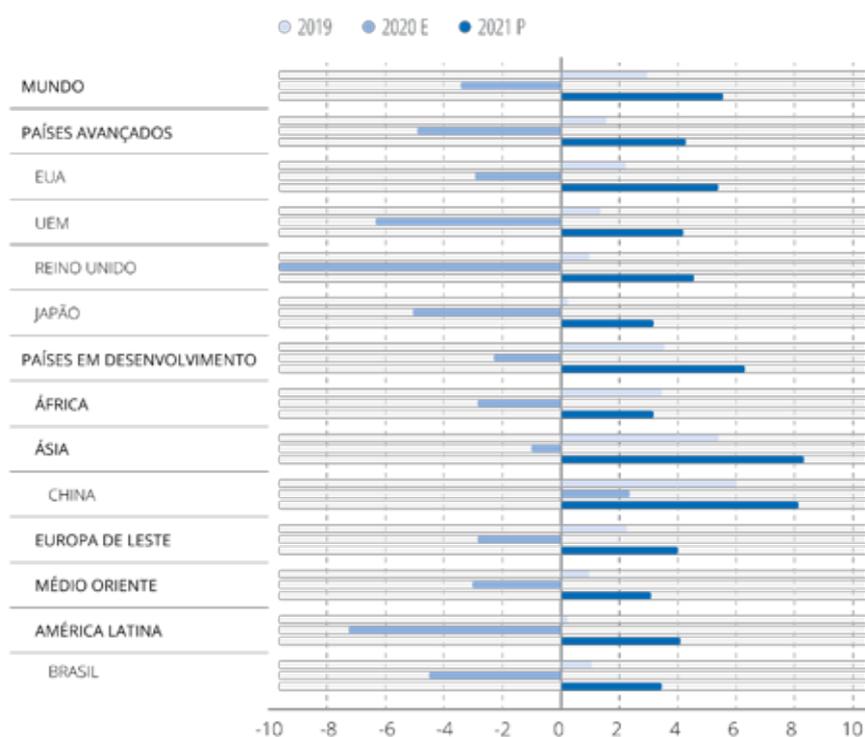
Em março de 2020, fruto da disseminação do vírus à escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de pandemia.

Muitos países estabeleceram medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, procurando restringir ao mínimo os contactos entre pessoas, levando a uma situação de confinamento generalizada, com o encerramento das atividades não essenciais, o que teve consequências económicas de dimensão histórica.

Apesar do confinamento ter sido implementado apenas em março, o PIB contraiu-se já no primeiro trimestre do ano, de forma significativa, situação que se acentuou no segundo trimestre, uma vez que o confinamento mais estrito foi adotado durante o mês de abril, iniciando-se uma retirada gradual das restrições a partir do mês de maio, mas sempre com níveis de atividade muito abaixo dos verificados antes da pandemia.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

FONTE: FMI (JANEIRO DE 2021)





O período do Verão, no hemisfério norte, trouxe uma redução dos contágios, uma retirada das medidas de confinamento, e uma progressiva recuperação da atividade económica, materializado num crescimento mais sólido no 3.º trimestre do ano.

No outono, a convivência normal entre as pessoas, juntamente com o regresso às aulas, e a sazonalidade do vírus, verificou-se uma nova vaga pandémica, com imposição de novas medidas de confinamento, que se foram tornando mais restritivas (embora menos do que na primeira vaga) no final do ano, quando surgiram novas estirpes, mais contagiosas, e cujos efeitos se tornaram mais visíveis já em 2021.

Em resultado da dinâmica no segundo semestre do ano, a contração da atividade, em 2020, foi menos pronunciada do que o estimado na fase inicial da pandemia, embora com diferenças regionais e setoriais de relevo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de janeiro de 2021 do "*World Economic Outlook*", reviu em alta as projeções económicas, estimando uma recessão menos profunda, em 2020, e uma recuperação mais sustentada, em 2021. Em 2020, a economia mundial terá contraído 3,5%, de acordo com o FMI, para recuperar em 2021, com um crescimento de 5,5%.

Mas existiram claras diferenças regionais. A contração da atividade, em 2020, foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas, fruto de (i) os efeitos da pandemia se terem iniciado mais cedo, depois do contágio a partir de Wuhan, na China, (ii) imposição de um confinamento mais generalizado; e (iii) a segunda vaga se ter sentido mais marcadamente, no terço final do ano.

Contudo, mesmo nos grandes grupos, as diferenças regionais, mas também nacionais, são significativas, com a retração da atividade a oscilar entre os 7% na zona euro e os 3% nos EUA, refletindo a profundidade e duração dos confinamentos, bem como a integração das cadeias produtivas e também o peso do turismo na economia.

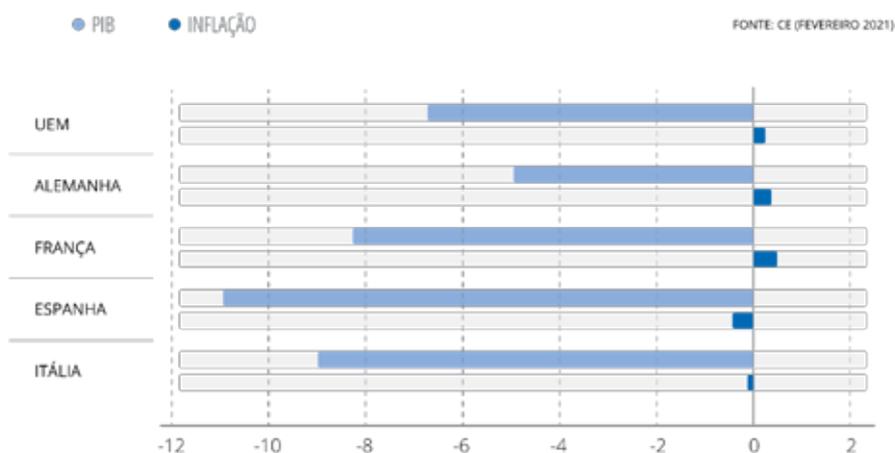
Nas economias emergentes, os impactos foram diferenciados, em função também da expansão da pandemia.

Na **China**, onde a pandemia se terá iniciado, a atividade registou uma evolução melhor do que o antecipado, fruto do reportado controlo da pandemia a nível nacional. A atividade terá crescido cerca de 2%, com uma recuperação mais sustentada no segundo semestre do ano, cujos efeitos se deverão sentir de forma mais marcada em 2021.

Os **EUA** registaram uma contração da atividade de 3,4%, mais pronunciada do que a registada quando da Grande Crise Financeira (2008). Contudo, um menor grau de confinamento, em especial durante a segunda vaga, e as medidas de estímulo orçamental implementadas, contribuíram para uma menor retração da atividade, quando comparada com outras economias desenvolvidas.

O emprego, que registou uma forte destruição no início da pandemia, ainda não recuperou totalmente, o que potenciou uma pronta resposta da Reserva Federal dos EUA, com a descida da taxa dos *Fed Funds* para 0%, bem como com a implementação de programas de concessão de liquidez e crédito, e a aquisição de ativos financeiros.

A **Europa** foi bastante mais fustigada pela pandemia, ampliada pelas interligações entre as várias economias.



Na **zona euro**, o crescimento contraiu de forma bastante pronunciada, com o PIB a cair 7,2%, dinâmica especialmente concentrada no segundo trimestre, quando um confinamento generalizado foi imposto. Apesar da mais forte recuperação no terceiro trimestre, a segunda vaga no final do ano atrasou essa dinâmica, sendo que, no conjunto do ano, persistiram claras diferenças entre os países. A contração do PIB oscilou entre 5,4% na Alemanha e 11% em Espanha.

Todos os fatores que tinham marcado a conjuntura em 2019, como a transição energética, protestos contra reformas estruturais, ou questões políticas, ficaram em suspenso, dominados pela pandemia e pela urgência sanitária.

Em 2020, foi finalmente alcançado o acordo entre a UE e o **Reino Unido**, para formalizar a relação futura entre as duas economias, mesmo em cima do término do período de transição. O acordo engloba a ausência de tarifas no comércio de bens, mantém os acordos de sexta-feira Santa relativos à Irlanda do Norte, mas não abarca a possibilidade de prestação de serviços financeiros. Os efeitos sobre os setores de atividade mais favoráveis ao *Brexit*, como as pescas (onde há um período transitório de acesso às águas britânicas) ou os laticínios, começam a ser sentidos agora, com as regras fitossanitárias a bloquearem as exportações britânicas. O Reino Unido terá registado uma contração do PIB em 10%, fruto da pandemia, bem como do *Brexit*.

Para combater os efeitos da pandemia, e contribuir para uma mais rápida recuperação, já em julho foi aprovado o acordo que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões de subvenções aos Estados (abaixo da proposta inicial de 500 mil milhões de euros).

Adicionalmente, foi também aprovado o Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2021-27, que ascende a 1.074 mil milhões.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, Portugal deverá receber uma verba de 15 mil milhões de euros em subsídios a fundo perdido, e a possibilidade de aceder a mais 15 mil milhões de euros em empréstimos. Conjuntamente com o término do Portugal 2020 e o novo quadro plurianual, Portugal deverá receber quase 58 mil milhões de euros em fundos comunitários para utilizar ao longo da próxima década. O Banco Central Europeu reforçou a sua orientação de prossecução de uma política monetária de apoio à recuperação económica, baseada na manutenção de taxas de juro negativas e programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, de modo a promover condições de base propícias à recuperação e crescimento económico.

Para isso, foram criados novos mecanismos de política monetária, os PELTROs – *Pandemic Emergency Longer-term Refinancing Operations* – que tiveram início em maio de 2020 e se prolongarão até julho/setembro de 2021, a uma taxa de refinanciamento fixa e 25pb abaixo da taxa refi.

Adicionalmente, as condições de refinanciamento dos TLTRO III foram revistas, com as taxas de refinanciamento a serem reduzidas em 100pb face ao valor médio da taxa refi, para as operações realizadas entre junho de 2020 e junho de 2021. Em junho, o montante total do PEPP – *Pandemic Emergency Purchase Programme* foi ampliado em 600 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros, o que contribuiu para uma estabilização do risco na zona euro.

E já em dezembro, fruto da segunda vaga pandémica na Europa, o BCE alterou de novo as condições do TLTRO III e do PEPP. Este último foi ampliado em mais 500 mil milhões de euros, para 1.850 mil milhões de euros, devendo prolongar-se até final de março de 2022. O TLTRO III terá três novas operações, entre junho e dezembro de 2021, enquanto as bonificações foram estendidas por 12 meses, até junho de 2022. Também o montante que os bancos podem tomar, no quadro destas operações, foi ampliado para 55% da referência (+5pp).

O BCE prolongou ainda, até junho de 2022, as medidas adotadas em abril, relativas ao colateral utilizável nas operações de refinanciamento, no qual se inclui a utilização de pools de crédito (o que já ocorria em Portugal).

Nas **economias emergentes**, a pandemia produziu também importantes efeitos económicos, embora menos adversos do que nas economias avançadas, em parte devido às medidas de confinamento impostas, por contrapartida de um efeito sanitário mais pronunciado, na primeira vaga (que assolou o hemisfério sul durante o seu inverno).

A **América Latina** foi particularmente afetada (o PIB terá contraído 7,4%), em especial o México, com uma recessão de 8,5%. O Brasil não ficou imune, e o PIB contraiu 4,5%. O delicado equilíbrio entre saúde e economia acabou por pender a favor da última.

As políticas económicas assumiram um pendor expansionista. Nas economias desenvolvidas, isso implicou que os bancos centrais, como mencionado, reforçassem os seus programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, contribuindo para uma nova descida das taxas de juro ao longo de toda a curva de rendimentos.

TAXAS DE JURO 3 MESES

● EUA ● REINO UNIDO ● UEM

FONTE: BLOOMBERG



As **taxas de juro de curto prazo** desceram, de forma generalizada, apesar de, num primeiro momento da pandemia, terem subido, fruto de uma maior perceção de risco, mas prontamente eliminada pela intervenção dos bancos centrais. Nos EUA e no Reino Unido, as taxas de juro a 3 meses aproximaram-se de zero, enquanto na zona euro convergiram para níveis abaixo da taxa de depósito.

TAXAS DE JURO 10 ANOS

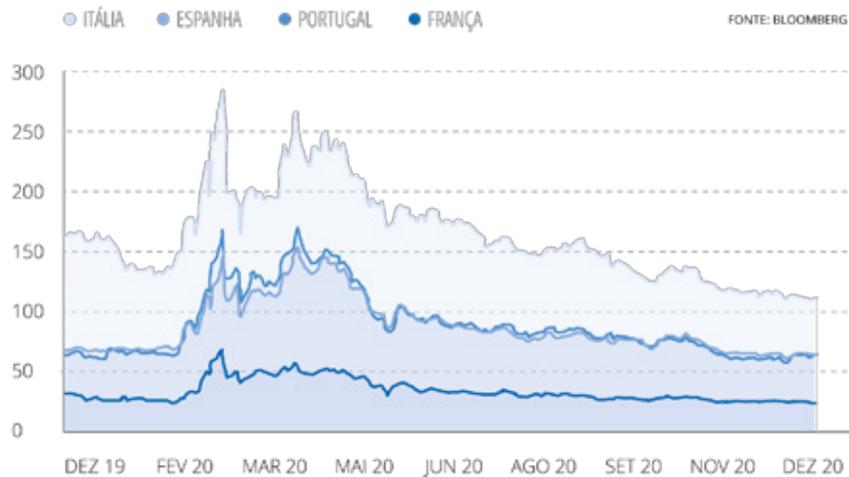
● EUA ● PORTUGAL ● ALEMANHA

FONTE: BLOOMBERG



Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, a evolução anual caracterizou-se por uma descida, de forma generalizada, apesar de algumas diferenças intra-anuais.

DIFERENCIAIS DE TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO FACE ALEMANHA (PB)

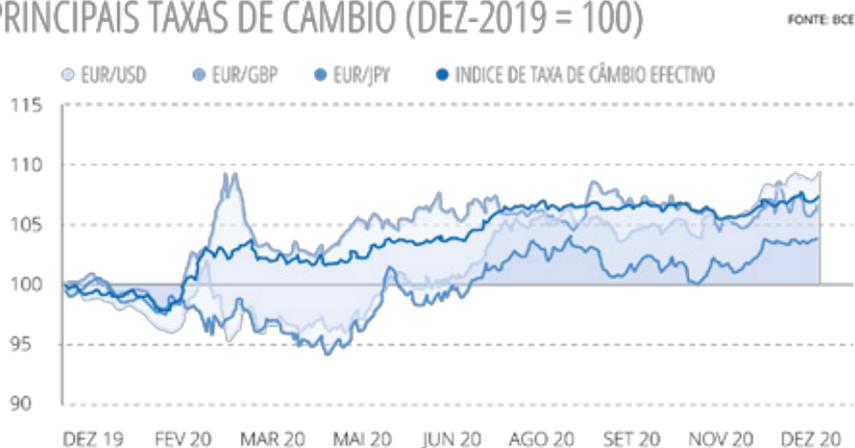


Nos mercados *core*, como os EUA e a Alemanha, a reação à pandemia e às medidas dos bancos centrais materializou-se numa descida das *yields*. Já nos mercados periféricos, num primeiro momento da pandemia, as taxas de juro subiram, seja porque a situação sanitária foi muito adversa, em Itália e Espanha, por exemplo, seja porque a perceção de risco, em especial em termos de impactos económicos e orçamentais, foi mais negativa.

Por esta razão, os *spreads* de crédito, na zona euro, aumentaram em Março e permaneceram elevados até Maio, de forma generalizada. A intervenção do BCE, com o PEPP, permitiu uma progressiva normalização dos *spreads*, mas que só no final do ano retomaram os níveis pré-pandemia, antes de assumirem níveis ligeiramente abaixo.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha chegou a atingir 150p.b., entre Março e Abril, descendo posteriormente, de forma faseada para, como mencionado, desceram abaixo dos níveis pré-pandemia no final do ano. A mesma dinâmica foi observada em Espanha, assim como em Itália, que no pico chegou a ultrapassar os 250p.b. de *spread* face à Alemanha.

PRINCIPAIS TAXAS DE CÂMBIO (DEZ-2019 = 100)



No **mercado cambial**, o euro caracterizou-se por uma tendência de apreciação face às principais divisas. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,21 dólares, uma apreciação de cerca de 9%.

MERCADOS ACIONISTAS (DEZ-19 = 100)

FONTE: BLOOMBERG



Os **mercados acionistas** reagiram negativamente à pandemia, com uma desvalorização significativa em março (cerca de 30%), mas posteriormente recuperaram uma trajetória de recuperação, apoiada pela recuperação da atividade, por um lado, e pelas expectativas quanto à vacinação, à medida que ia sendo anunciado o desenvolvimento de várias vacinas contra a COVID-19.

O mercado norte-americano, no final do ano, recuperou máximos absolutos, beneficiando também de um efeito eleitoral, após a eleição de Joe Biden para a presidência.

Na Europa, a recuperação não impediu uma desvalorização de cerca de 5%, com os mercados a serem penalizados pelo maior peso relativo do setor bancário, que foi especialmente afetado. A dinâmica em Portugal foi muito similar.

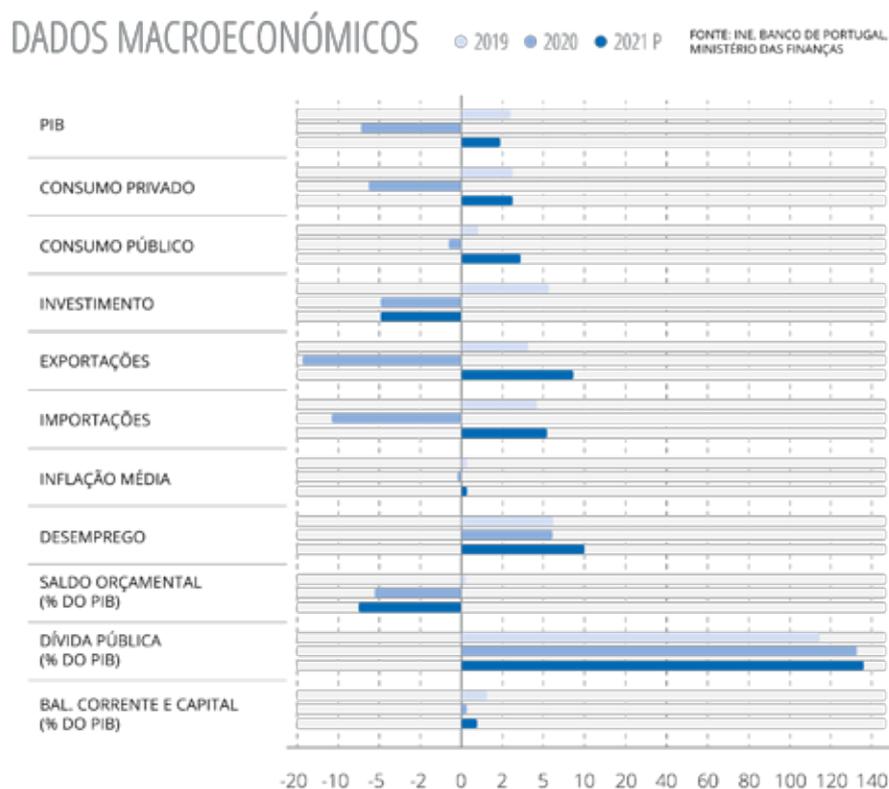
A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com a contração da atividade a resultar numa redução pronunciada da procura. O **petróleo** registou uma pronunciada depreciação, tendo o Brent tocado em mínimos em redor de 20 dólares/barril, para fechar o ano em 51 dólares, ainda assim uma redução homóloga de 24%. O crude de referência nos EUA (o WTI) chegou a cotar em terreno negativo, reflexo dessa fraca procura (num movimento técnico). O **ouro** manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 27% durante o ano de 2020, para 1.878 dólares por onça.

PREÇOS DO PETRÓLEO BRENT, EM DÓLARES POR BARRIL E ÍNDICE DE MATÉRIAS-PRIMAS (VARIAÇÃO HOMÓLOGA)



Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2020, sofreu também os efeitos da pandemia. O PIB registou uma contração de 7,6%, a maior registada pelo menos desde 1975, e fruto sobretudo da quebra da atividade observada nos dois primeiros trimestres do ano. Aos efeitos dos contágios locais e necessário confinamento, acresceram os efeitos de uma paragem em simultâneo de toda a Europa (para não dizer mundo), que foi especialmente sentida no setor do turismo.



Em março, e na sequência do agravamento dos contágios da doença COVID-19, foi imposto o Estado de Emergência, que vigorou entre 18 de março e 2 de maio, com um confinamento geral da população e o encerramento das atividades não essenciais. No primeiro trimestre, a atividade contraiu 4,0% em cadeia, seguida de uma contração de 13,9% no segundo trimestre.

Neste trimestre, que foi o mais negativo, o indicador de atividade caiu fortemente, tendo em abril atingido o valor mínimo da série histórica. No mesmo sentido, o clima económico também registou o valor mais baixo de sempre. O volume de negócios nos serviços e indústria diminuiu cerca de 25% em maio, a queda homóloga mais intensa de sempre. No setor da construção, registaram-se contrações homólogas progressivamente mais intensas entre abril e maio.

CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB (TVH)

FONTE: INE



O **consumo privado** foi particularmente afetado, com uma contração de 5,9% em 2020. Esta esteve concentrada na aquisição de bens duradouros (as vendas de automóveis caíram 35%, em 2020, para o volume mais baixo desde 2014) e na despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. Se, por um lado, isso reflete um aumento da poupança por motivos de precaução (a taxa de poupança aumentou para 10,8% no terceiro trimestre), por outro reflete também a impossibilidade de realizar certos tipos de despesa, com o encerramento de restaurantes e hotéis, e outras atividades lúdicas.

TAXA DE DESEMPREGO (%)

FONTE: INE



A maior precaução pelas famílias decorre também dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho. Em 2020, o desemprego aumentou em 0,3p.p. para 6,8%, mas muito influenciado pelo confinamento, pois no segundo trimestre a taxa de desemprego caiu para 5,8%, com uma passagem do emprego direta para a inatividade, por impossibilidade de procura de emprego.

O emprego foi também positivamente apoiado pelas medidas implementadas pelo Governo, com destaque para o regime de *layoff* simplificado, disponível para as empresas mais afetadas pela pandemia e/ou com encerramento obrigatório. No pico, abrangeu mais de 115 mil empresas e 950 mil trabalhadores, com a Segurança Social a suportar um terço do salário dos trabalhadores.

O **investimento** também registou uma contração, em especial ao nível do investimento produtivo, em máquinas, equipamentos e material de transporte (este com uma contração de 27%). O setor da construção foi um dos poucos que manteve a laboração em pleno, continuando a registar um crescimento face a 2019.

O mercado de habitação permanece dinâmico, apenas com uma desaceleração dos preços, enquanto a procura se manteve sustentada.

A quebra do turismo refletiu-se num direcionamento de habitações que estavam em alojamento local para o mercado de arrendamento, com uma pressão em baixa dos preços.

BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (% PIB)

FONTES: BANCO DE PORTUGAL, INE



As **exportações** de bens e serviços contraíram de forma pronunciada, com uma redução de 18,6%. Este efeito foi mais visível ao nível dos serviços, com a atividade de turismo a registar uma redução superior a 60%, fruto da pandemia e encerramento de corredores aéreos. Em 2020, as dormidas de não residentes reduziram-se em 75%, anulando a recuperação dos últimos anos. A reabertura estará dependente do progresso da vacinação, em especial na Europa.

As **importações** também contraíram, refletindo a quebra da procura interna, seja consumo, seja investimento. No entanto, a redução foi menos acentuada do que a das exportações, o que reflete também o peso do turismo. A balança corrente e de capital registou uma redução do seu excedente, em grande medida devido à redução do excedente de serviços.

No início da pandemia, foram definidas várias medidas de apoio à economia, além do *layoff* simplificado. O Governo anunciou (i) o diferimento temporário de obrigações fiscais e contributivas, para as empresas; (ii) a criação de linhas de crédito para empresas, com garantia do Estado, até ao limite máximo de 13 mil milhões de euros; e (iii) moratórias, de capital e/ou juros, para créditos a particulares e empresas, que tenham sido afetados pela pandemia. As moratórias têm sido estendidas, presentemente com término entre setembro e dezembro de 2021.

As linhas de crédito e as moratórias contribuíram para um crescimento da carteira de crédito, em 2020, assim invertendo a tendência dos últimos anos. No entanto, os níveis de endividamento permanecem abaixo dos máximos de 2012. A setembro de 2020, o endividamento das empresas situava-se em 129% do PIB e o das famílias em 69%.

A dívida pública também reverteu a tendência dos últimos anos, subindo para 134% do PIB, refletindo o regresso do saldo orçamental a uma situação de défice, em 5,6% do PIB.

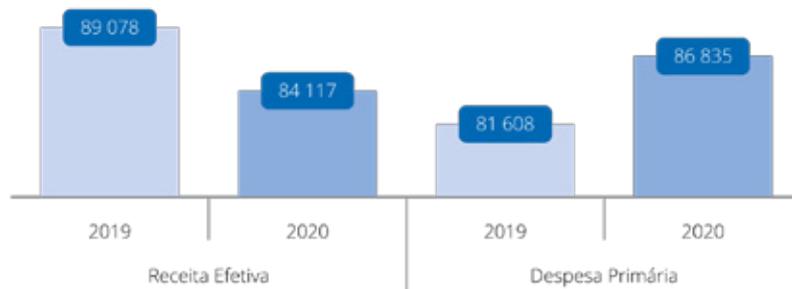
Esta evolução reflete o funcionamento dos estabilizadores automáticos e as medidas discricionárias de apoio à economia (como o *layoff* simplificado e o apoio à retoma da atividade, por exemplo), e ainda os encargos com o sistema de saúde, decorrentes da urgência sanitária.

A informação, na ótica de caixa, revela os impactos da pandemia. A receita caiu 5,6%, enquanto a despesa corrente primária aumentou 6,4%.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa3 (positivo), respetivamente. A agência DBRS mantém o *rating* BBB – *high* (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior.

RECEITA EFETIVA E DESPESA PRIMÁRIA (€ MN)

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



A *yield* dos 10 anos, a 15 de fevereiro de 2021, situava-se em 0,15%, correspondendo a um diferencial de 53p.b. face à Alemanha.

O Tesouro manteve o regular acesso aos mercados, num quadro de maiores necessidades de financiamento, fruto da pandemia. O financiamento esteve concentrado em Obrigações do Tesouro, beneficiando da intervenção do BCE, com os seus programas de aquisição de ativos financeiros.

SALDO ORÇAMENTAL (% PIB)

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



Os produtos de retalho registaram um crescimento, mas moderado, com um aumento líquido de 200 milhões em certificados de aforro e de 500 milhões em certificados do tesouro, o que revela a capacidade do Tesouro em reter os certificados que venceram ao longo do ano.

As famílias, no quadro de aumento da poupança em 2020, além das aplicações em produtos de aforro do Estado também reforçaram os depósitos bancários, em 11,6 mil milhões de euros, para 161 mil milhões.

Também as empresas reforçaram os depósitos, em 7,8 mil milhões de euros. O crédito cresceu também, em 7 mil milhões, em grande medida devido às linhas com garantia do Estado, criadas no quadro das medidas de apoio à economia.

Mercado de Seguros em Portugal

Durante o ano de 2020, o setor segurador foi fortemente afetado pelo surto pandémico do COVID-19 ao nível do negócio, financeiro e operacional. A contração económica e a volatilidade dos mercados financeiros tiveram um impacto direto na produção e nos resultados das seguradoras. Por outro lado, as companhias de seguros implementaram os seus planos de contingência com sucesso, tendo a grande maioria dos colaboradores efetuado as suas atividades em regime de teletrabalho.

Nesta sequência, em 2020, o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu o valor de 9,9 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 18,7% face ao valor verificado em 2019, decorrente da evolução do ramo Vida.

Ao longo do ano, o ramo Vida decresceu 34,8%, registando 4,6 mil milhões de euros, confirmando a tendência verificada nos últimos dois anos.

Neste segmento de mercado, os Planos de Poupança Reforma (PPR) viram o seu peso diminuir em cerca de 19,3 pontos percentuais (25,5% em 2020 e 44,8% em 2019), em resultado da quebra de 62,9% verificada na sua produção, acompanhando a tendência do ramo.

Por sua vez, os ramos Não Vida aumentaram a produção em 3,0%, fixando o seu valor nos 5,4 mil milhões de euros. Para a referida evolução, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (variação anual de 3,2%), Incêndio e Outros Danos (4,3%) e Automóvel (2,1%). Há a destacar, no ramo Acidentes e Doença, o crescimento do ramo de Doença, que aumentou a produção em 8,3% face a 2019.

MILHARES DE EUROS

PRODUÇÃO* DE SEGURO DIRETO EM PORTUGAL, POR RAMOS	2019	2020**	Δ
Vida	6 993 576	4 558 882	-34,8%
Seguro de Vida	5 284 820	2 649 406	-49,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 704 206	1 909 475	-
Operações de Capitalização	4 550	0	-100,0%
Não Vida	5 209 426	5 363 430	3,0%
Acidentes e Doença	1 962 380	2 025 255	3,2%
Acidentes de Trabalho	895 066	904 965	1,1%
Doença	876 466	949 506	8,3%
Acidentes (outros)	190 848	170 783	-10,5%
Incêndio e Outros Danos	905 815	944 532	4,3%
Automóvel	1 837 981	1 876 899	2,1%
Marítimo e Transportes	26 523	19 479	-26,6%
Aéreo	8 784	10 421	18,6%
Mercadorias Transportadas	20 697	25 183	21,7%
Responsabilidade Civil Geral	143 015	148 360	3,7%
Diversos	304 231	313 301	3,0%
Total de Passivos	12 203 002	9 922 311	-18,7%

(*) inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

(**) valores provisórios

Fonte: ASF

Apesar do contexto vivido ao longo do ano de 2020, o setor segurador revela capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Neste sentido, espera-se que em 2021 o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do quinto ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação

anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

Importa ainda referir que em 2021 estão previstas alterações à Diretiva Solvência II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, destaca-se também o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento surge como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos.

Para além da exigência associada a estes requisitos, com alterações significativas ao nível de diversos processos, refere-se também o elevado montante previsto para a aplicação de coimas, que certamente coloca este tema nas prioridades das entidades sujeitas.

O panorama pandémico veio impulsionar o processo de digitalização e de comercialização de produtos em plataformas *online*. Para o efeito, o setor segurador reforçou os procedimentos que asseguram o cumprimento dos requisitos do RGPD.

Cumprir a adaptação do mercado à Diretiva (UE) 2016/97 sobre a distribuição de seguros para o ordenamento jurídico interno. Esta Diretiva implicou alterações significativas no que respeita ao dever de informação e aconselhamento ao cliente tendo em conta o seu perfil de risco e investimento bem como os objetivos e necessidades de aquisição de produtos de seguros. Relaciona-se ainda com a necessidade de garantir aos consumidores o mesmo nível de proteção, independentemente do facto de existirem diferentes canais de distribuição de seguros.

No final do ano foi ainda aprovada a Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, que concretiza um conjunto de deveres decorrentes do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro.

O conceito de distribuição passa a ser mais amplo do que o de mediação de seguros, visto que abrange, desde logo, a atividade das próprias empresas de seguros. É reforçado o leque de informações précontratuais obrigatórias a cargo do distribuidor de seguros, visando favorecer a transparência e evitar as situações de conflitos de interesses.

O ano em análise foi também relevante em matérias de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo com a aprovação do Decreto-Lei 58/2020 de 31 de agosto. Este diploma diz respeito, essencialmente, à prevenção de branqueamento de capitais e consiste na transposição da Diretiva (EU) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de maio de 2018. A lei nacional também procedeu à revisão de vários diplomas.

O ano de 2021 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes



01.04

requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

Análise de gestão

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.
- Durante o ano de 2020, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio inculir na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

Revisão e atualização de algumas políticas de risco;

- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;

- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2019 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Condition Report (SFCR)* e *Regular Supervisory Report (RSR)*, comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Implementação de procedimentos, políticas e medidas decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados à atividade da Companhia e que visam a plena conformidade com este diploma;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;

No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a realização de um exercício operacional de *Disaster Recover*. Apesar do teste referente à execução das atividades críticas em instalações alternativas não ter sido executado em 2020, salienta-se que, devido ao COVID-19, durante um longo período de tempo, a Companhia teve 100% dos colaboradores a efetuar as suas atividades em regime de teletrabalho, não tendo sido identificadas incidências.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Síntese de indicadores

MILHÕES DE EUROS

Aegon Santander Portugal Não Vida	2020	2019
Posição financeira		
Ativo líquido	53,1	44,0
Passivo	32,0	22,2
Capitais próprios	21,0	21,8
Resultado líquido	4,0	5,0
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	61,0	51,1
Custos com sinistros de seguro direto	(17,0)	(12,0)
Custos de aquisição	(27,1)	(23,0)
Saldo de resseguro	(6,1)	(5,4)
Resultados dos investimentos	0,16	0,14
Número de apólices em vigor (seguro direto e resseguro aceite)	425 266	384 315
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	65	66
Prémios emitidos / Número de colaboradores	0,9	0,8
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,1	0,1
Resultado líquido / Prémios emitidos	7%	10%

(*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado

Atividade comercial

Em janeiro de 2015, a Aegon Santander Portugal Não Vida iniciou a sua atividade operacional tendo apenas uma carteira de seguros de Acidentes Pessoais de 6 milhares de apólices. Passados 6 anos a oferta da Companhia alargou tendo atualmente 425 milhares de apólices em vigor, nos ramos de Acidentes Pessoais, Incêndio e outros danos, Acidentes de trabalho e desde 2019, também Doença e Responsabilidade civil geral.

Esta evolução é demonstrativa da confiança que as soluções de proteção da Companhia têm merecido por parte dos clientes, bem como os investimentos efetuados em anos anteriores.

O exercício de 2020, fica marcado por: (i) consolidação e desenvolvimento dos seguros de saúde; e (ii) consolidação da unidade de negócio, incorporada em setembro de 2019, que inclui apólices de seguro dos ramos Acidentes e doença, Incêndio e outros danos e Responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.

Nesta base, atuando em diferentes linhas de negócio, a atividade em 2020 permitiu obter um volume de prémios emitidos de 61 milhões de euros (2019: 51,1 milhões de euros), sendo o ramo de Incêndio e outros danos responsável por 82% (2019: 85%) deste montante.

A Companhia encerra 2020 com um total de apólices em vigor de 425 266 (2019: 384 315 apólices), representando um crescimento de 11%.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 17 milhões de euros (2019: 12 milhões de euros) representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 27,9% (2019: 23,4%), sendo o produto de Multiriscos habitação o principal responsável a este nível.

Gestão de ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os anos de 2020 e 2019, a Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
ATIVOS FINANCEIROS	2020	2019
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6,7	3,8
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	11,3	10,1
De outros emissores	28,9	23,5
Total	46,8	37,4

Em 2020, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 180 milhares de euros (2019: 161 milhares de euros).

Custos e gastos por natureza a imputar

Em 2020 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 6 milhões de euros (2019: 4,5 milhões de euros), assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

MILHÕES DE EUROS		
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2020	2019
Gastos com o pessoal	1,2	0,9
Fornecimentos e serviços externos	3,7	2,6
Impostos e taxas	0,1	0,1
Depreciações e amortizações do exercício	0,7	0,7
Comissões	0,3	0,2
Total	6,0	4,5

O reforço das estruturas das 2 Companhias Aegon Santander Portugal em 2019, decorrente da incorporação dos ramos de atividade adquiridos à Santander Totta Seguros, S.A. e Popular Seguros S.A. constituídos por carteiras de apólices de seguros de vida e não vida, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, está na base do aumento dos gastos com o pessoal.

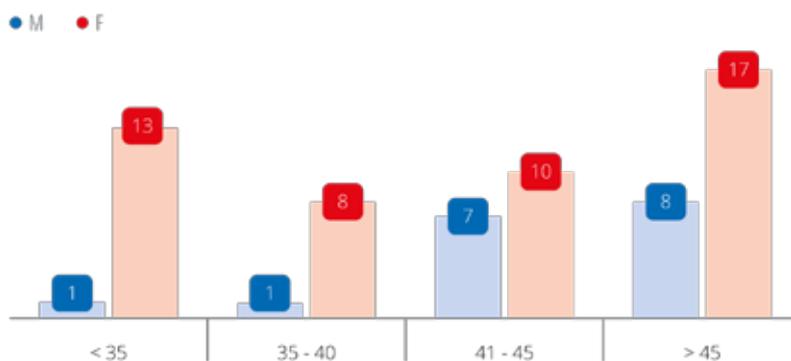
O aumento dos custos e gastos por natureza foram suportados igualmente por projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17, bem como amortização do ativo intangível adquirindo o *Value of Business Acquired* (VOBA) na incorporação do ramo de atividade acima referido.

Recursos humanos e formação

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 65 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

ESTRUTURA DE COLABORADORES



Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 42 anos, sendo 74% mulheres e 26% homens.

A estratégia de recursos humanos suporta a *performance* da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, *mindsets* e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Capital Próprio e Solvência

No final do ano de 2020, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 21 milhões de euros (2019: 21,8 milhões de euros), o que representa um decréscimo de 0,8 milhões de euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido alcançado no exercício, da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos) e distribuição de dividendos relativa a exercícios anteriores no montante de 5 milhões de euros.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2020.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2021.

Perspetivas para 2021

A Aegon Santander Portugal Não Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela pandemia Covid-19 e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

O Conselho de Administração tem presente esta pandemia ainda não foi ultrapassada e que o regresso à normalidade ainda demorará algum tempo. O Conselho de Administração continuará a seguir a posição de capital, liquidez, sinistralidade, *performance* dos investimentos financeiros e a evolução da economia.

É convicção do Conselho de Administração que a Companhia está bem preparada para absorver a disrupção adicional causada pela pandemia e continuar a apoiar os clientes e a comunidade.

Nesta base, a Companhia continuará a investir e inovar, mantendo foco na estratégia comercial definida, apostando nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. Nesta base, a experiência de cliente, terá o nosso foco, através da simplificação das *customer journeys*, digitalização e automatização.

O ano de 2021 ficará igualmente marcado pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2023.

Proposta de aplicação de resultados

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2020, é de 4.000.519 euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 400.052 euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

No que diz respeito ao remanescente, no montante de 3.600.467 euros, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para Resultados transitados.



01.07

Nota final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 15 de março de 2021

O Conselho de Administração



The cover features a vertical photograph of a woman's shoulder and blonde hair on the left side. The background is white with several thin, blue and grey lines forming abstract geometric shapes. A blue square is in the top-left corner, and a grey square is in the bottom-left corner.

02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXO

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA		NOTAS	2020	2019
CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020				
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2 l), 5	53 768 346	-	53 768 346
Prémios brutos emitidos		60 956 522	-	60 956 522
Prémios de resseguro cedido		(6 679 414)	-	(6 679 414)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(459 585)	-	(459 585)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(49 178)	-	(49 178)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2 l), 6	(16 747 029)	-	(16 747 029)
Montantes pagos		(13 716 340)	-	(13 716 340)
Montantes brutos		(13 894 567)	-	(13 894 567)
Parte dos resseguradores		178 227	-	178 227
Provisão para sinistros (variação)		(3 030 689)	-	(3 030 689)
Montante bruto		(3 082 316)	-	(3 082 316)
Parte dos resseguradores		51 627	-	51 627
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)		-	-	-
Montante bruto		-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	2 l), 7	(959 230)	-	(959 230)
Custos e gastos de exploração líquidos	2 l), 8	(31 169 567)	-	(31 169 567)
Custos de aquisição		(27 089 566)	-	(27 089 566)
Custos de aquisição diferidos (variação)		139 856	-	139 856
Gastos administrativos		(4 579 736)	-	(4 579 736)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		359 879	-	359 879
Rendimentos	2 p), 9	609 213	-	609 213
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		609 213	-	609 213
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-
Outros		-	-	-
Gastos financeiros	2 p), 10	(431 715)	-	(431 715)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(413 860)	-	(413 860)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-
Outros		(17 855)	-	(17 855)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 d), 13	(15 126)	-	(15 126)
De ativos disponíveis para venda		(15 126)	-	(15 126)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-
De outros		-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	(26 111)	(26 111)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-
De outros		-	(26 111)	(26 111)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(13 706)	-	(13 706)
Outras provisões (variação)		-	-	-
Outros rendimentos/gastos	2 c), 2 s), 14	-	293 780	293 780
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		5 041 186	267 669	5 308 854
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 20	-	-	(1 308 326)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 20	-	-	(9)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				4 000 519
				4 950 490

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA

NOTAS

2020

2019

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 15	6 689 166	-	6 689 166	3 767 460
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 d), 16	40 146 337	-	40 146 337	33 677 666
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		40 146 337	-	40 146 337	33 677 666
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis		-	-	-	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	2 c), 17	8 397 121	3 334 257	5 062 864	5 731 660
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 l), 18	500 624	-	500 624	257 377
Provisão para prémios não adquiridos		42 742	-	42 742	68 241
Provisão para sinistros		201 894	-	201 894	150 269
Provisão para participação nos resultados		255 988	-	255 988	38 867
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 d), 2 l), 19	464 548	58 853	405 695	445 479
Contas a receber por operações de seguro direto		446 343	58 853	387 490	422 423
Contas a receber por operações de resseguro		18 204	-	18 204	14 641
Contas a receber por outras operações		-	-	-	8 415
Ativos por impostos e taxas	2 m), 20	135 943	-	135 943	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		135 943	-	135 943	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	2 s), 21	114 386	-	114 386	91 181
Outros elementos do ativo		148	-	148	29
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		56 448 374	3 393 110	53 055 263	43 970 952

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PASSIVO			
Provisões técnicas	2 l), 18	17 839 929	13 478 655
Provisão para prémios não adquiridos		2 512 246	2 192 518
Provisão para sinistros		10 724 668	7 642 352
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos		10 724 668	7 642 352
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		4 600 327	3 629 103
Provisão para riscos em curso		2 687	14 682
Provisão para envelhecimento		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 l), 22	11 350 613	5 977 891
Contas a pagar por operações de seguro direto		3 061 094	2 306 591
Contas a pagar por operações de resseguro		1 849 617	1 275 630
Contas a pagar por outras operações		6 439 902	2 395 670
Passivos por impostos e taxas	2 m), 20	905 432	1 667 193
Passivos por impostos (e taxas) correntes		717 734	1 560 323
Passivos por impostos diferidos		187 698	106 870
Acréscimos e diferimentos	2 s), 21	1 941 493	1 042 595
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		32 037 466	22 166 334
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 23	7 500 000	7 500 000
Dividendo Antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
Reservas de reavaliação	2 j), 23	744 923	451 444
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		744 923	451 444
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	2 k), 23	(193 680)	(112 861)
Outras reservas	2 i), 23	5 836 052	5 341 003
Reserva legal		936 052	441 003
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		4 900 000	4 900 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		3 129 983	3 674 542
Resultado do exercício		4 000 519	4 950 490
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		21 017 797	21 804 618
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		53 055 263	43 970 952

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÁÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Capital próprio em 31 de dezembro 2019	2 h), 23	7 500 000	451 444	(112 861)	5 341 003	3 674 542	4 950 490	21 804 618
Aplicação de resultados	2 i), 23	-	-	-	495 049	-	(495 049)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(544 559)	(4 455 441)	(5 000 000)
Outro rendimento integral:								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	-	293 479	-	-	-	-	293 479
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 23	-	-	(80 819)	-	-	-	(80 819)
Total da variação do Capital Próprio		-	293 479	(80 819)	495 049	(544 559)	(4 950 490)	(4 787 340)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	4 000 519	4 000 519
Capital próprio em 31 de dezembro 2020		7 500 000	744 923	(193 680)	5 836 052	3 129 983	4 000 519	21 017 797

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÁÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Capital próprio em 31 de dezembro 2018	2 h), 23	7 500 000	85 899	(21 475)	5 069 610	1 232 009	2 713 925	16 579 969
Aplicação de resultados	2 i), 23	-	-	-	271 392	2 442 532	(2 713 925)	-
Outro rendimento integral:								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	-	365 545	-	-	-	-	365 545
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 23	-	-	(91 386)	-	-	-	(91 386)
Total da variação do Capital Próprio		-	365 545	(91 386)	271 392	2 442 532	(2 713 925)	274 159
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	4 950 490	4 950 490
Capital próprio em 31 de dezembro 2019		7 500 000	451 444	(112 861)	5 341 003	3 674 542	4 950 490	21 804 618

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA

NOTAS

2020

2019

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

		2020	2019
Resultado líquido do exercício		4 000 519	4 950 490
Outro rendimento integral do exercício			
Ativos que reclassificam por resultados			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	293 479	365 545
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	2 k), 23	(80 819)	(91 386)
Rendimento integral total do exercício		4 213 179	5 224 649

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA

2020

2019

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais**Operações de seguro**

Prêmios de seguro direto	67 894 598	56 293 044
Custos com sinistros de seguro direto	(14 938 351)	(10 754 856)
Comissões por intermediação de seguros	(22 530 985)	(19 584 539)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(5 811 702)	(4 763 482)

Outros fluxos de caixa

Pagamentos a fornecedores	(5 208 329)	(3 807 531)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(9 584 865)	(7 426 501)
Outros fluxos de caixas operacionais	(903 696)	(773 922)

Total	8 916 669	9 182 214
--------------	------------------	------------------

Fluxos de caixa das atividades de investimento**Investimentos financeiros**

Aquisições	(7 928 135)	(14 129 248)
Vendas	459 103	-
Amortizações de capital	860 000	1 686 065
Rendimentos de títulos	614 069	518 742

Outros investimentos

Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-	(179 887)
Transferência de unidade de negócio da Popular Seguros	-	2 304 218

Total	(5 994 963)	(9 800 109)
--------------	--------------------	--------------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Dividendos	-	-
------------	---	---

Total	-	-
--------------	----------	----------

Variação de caixa e equivalentes de caixa	2 921 706	(617 895)
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	3 767 460	4 385 355
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	6 689 166	3 767 460

Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e multiriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 23, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 euro cada, e o prêmio de emissão no montante de 4.900.000 euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada Carteira Liberty) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados mantiveram-se em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorreu a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

Em setembro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o sexto exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2021.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2020:

- IFRS 3 (alteração), Definição de Negócio. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos testes de concentração para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), Reforma das Taxas de Juro de Referência – Fase 1. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto *IBOR Reform* do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: (i) componentes de risco; (ii) requisito “altamente provável”; (iii) avaliação prospetiva; (iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e (v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 1 e IAS 8 (alteração), Definição de Material. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de “material” e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Estrutura concetual, Alterações na referência a outras IFRS. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, que a União Europeia já endossou:

- IFRS 16 (alteração), Locações - Bonificações de Rendimentos Relacionadas com a COVID-19 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: (i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; (ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e (iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 4 (alteração), Contratos de Seguro – Diferimento da Aplicação da IFRS 9 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’ e da futura IFRS 17 – ‘Contratos de seguro’. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 1 (alteração), Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de Passivos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um *covenant*. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 16 (alteração), Rendimentos Obtidos Antes da Entrada em Funcionamento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 37 (alteração) Contratos Onerosos - Custos de Cumprir com um Contrato (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros não vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo	12,50%
- Máquinas e ferramentas	20,00%
- Equipamento informático	33,33%
- Material de transporte	25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de Intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição das carteiras de seguros não vida transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e da Popular, Companhia de Seguros, S.A. em 2019, bem como o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis

Atualmente a Companhia apenas possui uma participação de 100 euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de Instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica Contas a receber por operações de seguro direto.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Contratos de seguro e contratos de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rentabilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face à gestão de sinistros.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro não vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionada com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m)

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n)

Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEPE e SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 44.ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica Acréscimos e diferimentos no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os Juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de Juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso".

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2020, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos no exercício de 2020 manteve-se inalterado face a exercícios anteriores.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística de Provisões técnicas.

As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos não vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos não vida e explora os ramos de acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2020 e 2019:

2020										EUROS
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença										
Acidentes de trabalho	67 936	64 542	(7 846)	(26 637)	(38 941)	181	-	(8 701)	67 748	32 187
Acidentes pessoais	8 389 058	8 401 771	(911 787)	(4 817 002)	(211 183)	22 346	(13 706)	2 470 438	3 460 955	1 644 311
Doença	2 458 794	2 310 067	(195 785)	(1 589 639)	(83 752)	6 550	-	447 440	610 696	290 144
Incêndio e outros danos										
Multirriscos habitação	50 006 162	49 684 104	(15 859 981)	(25 076 582)	(5 795 614)	133 203	(959 230)	2 125 900	33 371 082	15 854 706
Responsabilidade civil geral	34 572	36 453	(1 484)	(19 585)	(9 369)	92	-	6 108	39 109	18 581
Total	60 956 522	60 496 938	(16 976 883)	(31 529 446)	(6 138 859)	162 371	(972 936)	5 041 186	37 549 591	17 839 929
2019										EUROS
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença										
Acidentes de trabalho	39 201	38 291	(5 519)	(16 699)	(17 287)	109	-	(1 106)	75 827	32 944
Acidentes pessoais	7 545 805	7 533 204	(675 224)	(4 279 758)	(183 382)	20 938	(348)	2 415 429	2 687 368	1 167 551
Doença	218 141	152 310	(685)	(80 026)	(9 215)	605	-	62 989	119 938	52 108
Incêndio e outros danos										
Multirriscos habitação	43 326 494	43 005 466	(11 301 195)	(21 783 236)	(5 181 464)	120 219	(805 805)	4 053 986	28 088 283	12 203 199
Responsabilidade civil geral	11 542	11 093	(2 369)	(6 989)	(2 809)	32	-	(1 041)	52 602	22 853
Total	51 141 182	50 740 363	(11 984 992)	(26 166 708)	(5 394 157)	141 903	(806 152)	6 530 257	31 024 018	13 478 655

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Prémios brutos emitidos	60 956 522	51 141 182
Prémios de resseguro cedido	(6 679 414)	(5 517 656)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(459 585)	(400 819)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(49 178)	(22 654)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	53 768 346	45 200 053

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2020 e 2019:

	EUROS					
	2020			2019		
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	67 936	(3 394)	64 542	39 201	(910)	38 291
Acidentes pessoais	8 389 058	12 713	8 401 771	7 545 805	(12 601)	7 533 204
Doença	2 458 794	(148 727)	2 310 067	218 141	(65 831)	152 310
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	50 006 162	(322 058)	49 684 104	43 326 494	(321 028)	43 005 466
Responsabilidade civil geral	34 572	1 881	36 453	11 542	(449)	11 093
Total	60 956 522	(459 585)	60 496 938	51 141 182	(400 819)	50 740 363

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis* a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2020 e 2019:

	EUROS					
	2020			2019		
	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	52 367	20	52 388	24 407	115	24 522
Acidentes pessoais	363 609	47 810	411 418	355 763	22 077	377 840
Doença	332 116	0	332 117	27 243	(0)	27 243
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	5 912 909	1 347	5 914 256	5 104 673	462	5 105 135
Responsabilidade civil geral	18 413	-	18 413	5 570	-	5 570
Total	6 679 414	49 178	6 728 592	5 517 656	22 654	5 540 310

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido. Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

EUROS						
	2020			2019		
	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO
Montantes pagos						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	1 915	(1 067)	849	4 293	(1 043)	3 250
Acidentes pessoais	405 225	(82 170)	323 055	577 510	(36 420)	541 090
Doença	61 433	(28 165)	33 268	163	-	163
Incêndio e outros danos						
Multiriscos habitação	13 274 747	(66 417)	13 208 330	9 550 923	(409 919)	9 141 004
Responsabilidade civil geral	815	(408)	408	23	(12)	12
Custos de gestão imputados (Nota 11)	150 431	-	150 431	104 491	-	104 491
Variação da provisão para sinistros						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	5 557	(2 604)	2 953	929	(470)	-
Acidentes pessoais	485 920	61 470	547 390	83 262	(67 329)	15 933
Doença	126 959	(69 861)	57 099	-	-	-
Incêndio e outros danos						
Multiriscos habitação	2 463 538	(40 745)	2 422 793	1 661 385	501 244	2 162 629
Responsabilidade civil geral	342	114	455	2 013	(114)	1 900
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	16 976 883	(229 853)	16 747 029	11 984 992	(14 062)	11 970 471

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2020	2019	NOTAS
Rácio de sinistralidade	27,9%	23,4%	Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	51,7%	51,2%	Custos e gastos de exploração brutos / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	79,6%	74,6%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,3%	0,3%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	79,2%	74,2%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Outras provisões técnicas, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade e provisão para riscos em curso. Ver Nota 18.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Custos de aquisição	25 852 235	21 900 649
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	1 237 331	1 062 768
Custos de aquisição diferidos	(139 856)	(145 211)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	4 579 736	3 348 502
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(359 879)	(132 091)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	31 169 567	26 034 616

Os Custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 23,8 milhões de euros (2019: 20,7 milhões de euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 24.

Em 2020, os custos de aquisição refletem ainda iniciativas desenvolvidas no âmbito de processos comerciais e de contratação, com vista à obtenção de maior digitalização e maior facilidade/eficiência interna e externa à Companhia.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro inclui o montante de 238 milhares de euros (2019: 39 milhares de euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 18.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2020	2019
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	609 213	505 949
Total	609 213	505 949

10. Gastos financeiros

A rubrica de Gastos financeiros é analisada como segue:

	EUROS	
	2020	2019
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	413 860	344 047
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	17 855	20 000
Total	431 715	364 047

11. Custos por natureza imputados

Em 2020 e 2019, os Gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

	EUROS					
	2020					
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESP. CIVIL GERAL	TOTAL
Gastos por função e por ramo						
Custos com sinistros (Nota 6)	374	20 643	7 392	121 695	327	150 431
Custos de aquisição (Nota 8)	6 635	167 043	134 366	918 049	11 239	1 237 331
Custos administrativos (Nota 8)	6 448	630 338	185 785	3 753 040	4 124	4 579 736
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	21	2 459	688	14 677	11	17 855
Total	13 477	820 483	328 231	4 807 462	15 701	5 985 353
	2019					
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESP. CIVIL GERAL	TOTAL
Gastos por função e por ramo						
Custos com sinistros (Nota 6)	297	14 452	522	88 887	333	104 491
Custos de aquisição (Nota 8)	3 358	172 493	10 456	872 866	3 595	1 062 768
Custos administrativos (Nota 8)	3 604	492 723	5 896	2 844 171	2 107	3 348 502
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	15	2 974	24	16 983	3	20 000
Total	7 274	682 643	16 898	3 822 907	6 038	4 535 760

Apresenta-se a seguir a desagregação dos Gastos por natureza:

	EUROS	
	2020	2019
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	1 186 655	904 653
Fornecimentos e serviços externos	3 708 092	2 607 558
Impostos e taxas	147 595	123 841
Depreciações e amortizações do exercício	668 796	680 525
Comissões	274 216	219 184
Total	5 985 353	4 535 760

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

EUROS

	2020	2019
Remunerações		
Dos órgãos sociais	130 015	99 227
Do pessoal	862 066	644 771
Encargos sobre remunerações	163 375	130 813
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	14 515	10 838
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	3 959	7 198
Seguros	11 329	4 683
Outros gastos com pessoal	1 397	7 123
Total	1 186 655	904 653

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

EUROS

	2020	2019
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	11 460	11 460
Vogal	7 800	7 800
Vogal	7 800	7 800
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	45 095	40 612
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	57 860	31 555
Total	130 015	99 227

(*) inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

(**) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem ao seu serviço 65 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2019: 66).

No segundo semestre de 2019, verificou-se o reforço das estruturas das 2 Companhias Aegon Santander Portugal, decorrente da incorporação dos ramos de atividade adquiridos à Santander Totta Seguros, S.A. e Popular Seguros S.A. constituídos por carteiras de apólices de seguros de vida e não vida, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores. Ver Nota 17.

Os Fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

EUROS

	2020	2019
Material de escritório	4 072	1 403
Comunicação	99 964	92 151
Deslocações e estadas	464	4 117
Trabalhos especializados	3 492 369	2 507 133
Outros fornecimentos e serviços	111 223	2 754
Total	3 708 092	2 607 558

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 54 milhares de euros (2019: 54 milhares de euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia [no montante de 40 milhares de euros (2019: 40 milhares de euros)] e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial [no montante de 14 milhares de euros (2019: 14 milhares de euros)].

A rubrica de Trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,3 milhões de euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2019: 1,1 milhões de euros), bem como 1 milhão de euros (2019: 154 milhares de euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 626 milhares de euros (2019: 684 milhares de euros), (ver Nota 24), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 669 milhares de euros (2019: 681 milhares de euros) e referem-se exclusivamente a Ativos intangíveis. Ver Nota 17.

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º 4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2020 ascendeu a 15 milhares de euros (2019: 11 milhares de euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.^a contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2020 ascendeu a 4 milhares de euros (2019: 7 milhares de euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos.

14. Outros rendimentos/gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2020 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Mapfre Santander, Companhia de Seguros, S.A. (ex-Popular Seguros). Ver Nota 24.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	6 689 166	3 767 460
Total	6 689 166	3 767 460

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	CUSTO AMORTIZADO	VARIAÇÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
		EUROS				
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos e rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	10 790 498	348 918	(1 673)	11 137 743	124 805	11 262 548
De outros emissores	28 277 396	413 596	(15 917)	28 675 074	208 715	28 883 789
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39 067 894	762 514	(17 591)	39 812 816	333 520	40 146 337
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos e rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	9 766 565	271 083	(2 766)	10 034 883	110 348	10 145 230
De outros emissores	23 156 189	273 654	(90 527)	23 339 317	193 119	23 532 436
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32 922 755	544 737	(93 293)	33 374 199	303 467	33 677 666

17. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 400 000	4 400 000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	500 000	500 000
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 871 535	1 871 535
Despesas com aplicações informáticas	1 625 586	1 625 586
	8 397 121	8 397 121
Amortizações acumuladas	(3 334 257)	(2 665 462)
Total	5 062 864	5 731 660

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2020 e 2019 são analisados como se segue:

	EUROS			
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos tangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 250 704	-	(232 721)	3 017 983
Transferência da carteira de acidentes pessoais	80 839	-	(28 075)	52 764
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 810 322	-	(193 845)	1 616 477
Despesas com aplicações informáticas	589 794	-	(214 155)	375 639
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5 731 660	-	(668 796)	5 062 864
Outros ativos tangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 493 122	-	(242 418)	3 250 704
Transferência da carteira de acidentes pessoais	120 553	-	(39 714)	80 839
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	-	1 871 535	(61 213)	1 810 322
Despesas com aplicações informáticas	747 088	179 887	(337 181)	589 794
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4 360 762	2 051 423	(680 525)	5 731 660

O saldo da rubrica Direito de aquisição da carteira Liberty corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica Transferência da carteira não vida corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 2,0 milhões de euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao portfolio.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 1,9 milhões de euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirindo o *Value of Business Acquired* (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 1,9 milhões de euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução das carteiras, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

						EUROS
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2021	2022	2023	2024	2025	APÓS
Direito de aquisição da Carteira Liberty	223 000	214 000	206 000	198 000	190 000	2 006 000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	20 000	15 000	11 000	8 000	-	-
Transferência de unidade de negócio ex-Popular Seguros	168 000	146 000	128 000	113 000	100 000	978 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

18. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	EUROS					
	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2020	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2019
Provisão para prémios não adquiridos	2 512 246	(42 742)	2 469 504	2 192 518	(68 241)	2 124 277
Provisão para sinistros	10 724 668	(201 894)	10 522 774	7 642 352	(150 269)	7 492 083
Provisão para desvios de sinistralidade	4 600 327	-	4 600 327	3 629 103	-	3 629 103
Provisão para riscos em curso	2 687	-	2 687	14 682	-	14 682
Provisão para participação nos resultados	-	(255 988)	(255 988)	-	(38 867)	(38 867)
Total de provisões técnicas	17 839 929	(500 624)	17 339 304	13 478 655	(257 377)	13 221 278

Em 2020 e 2019, as provisões técnicas de seguro direto desagregam-se como segue:

	EUROS				
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	16 361	13 139	-	2 687	32 187
Acidentes pessoais	312 826	1 331 485	-	-	1 644 311
Doença	160 463	129 681	-	-	290 144
Incêndio e outros danos					
Multiriscos habitação	2 009 035	9 245 343	4 600 327	-	15 854 706
Responsabilidade civil geral	13 561	5 019	-	-	18 581
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2 512 246	10 724 668	4 600 327	2 687	17 839 929

	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	13 638	7 582	-	11 724	32 944
Acidentes pessoais	321 985	845 566	-	-	1 167 551
Doença	49 387	2 722	-	-	52 108
Incêndio e outros danos					
Multiriscos habitação	1 792 291	6 781 805	3 629 103	-	12 203 199
Responsabilidade civil geral	15 218	4 678	-	2 958	22 853
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	2 192 518	7 642 352	3 629 103	14 682	13 478 655

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

	EUROS					
	PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2020	PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2019
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	19 392	(3 031)	16 361	15 998	(2 361)	13 638
Acidentes pessoais	516 180	(203 355)	312 826	528 893	(206 908)	321 985
Doença	215 503	(55 040)	160 463	66 776	(17 389)	49 387
Incêndio e outros danos						
Multiriscos habitação	2 911 127	(902 092)	2 009 035	2 589 069	(796 778)	1 792 291
Responsabilidade civil geral	15 369	(1 807)	13 561	17 250	(2 032)	15 218
Provisão para prémios não adquiridos	3 677 571	(1 165 325)	2 512 246	3 217 986	(1 025 468)	2 192 518

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 3,4 milhões de Euros (2019: 1,4 milhões de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Em 2020 e 2019, as Provisões técnicas de resseguro cedido desagregam-se como segue:

	EUROS			
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	201	3 073	1	3 275
Acidentes pessoais	39 776	27 675	83 725	151 176
Doença	2	69 861	156 591	226 454
Incêndio e outros danos				
Multirriscos habitação	2 763	101 286	11 479	115 528
Responsabilidade civil geral	-	-	4 191	4 191
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42 742	201 894	255 988	500 624

	EUROS			
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	221	470	-	691
Acidentes pessoais	63 907	89 145	6 357	159 409
Doença	2	-	16 550	16 553
Incêndio e outros danos				
Multirriscos habitação	4 110	60 540	14 995	79 646
Responsabilidade civil geral	-	114	965	1 079
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	68 241	150 269	38 867	257 377

19. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode decompor-se como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro direto	446 343	455 165
Contas a receber por operações de resseguro	18 204	14 641
Contas a receber por outras operações	-	8 415
	464 548	478 221
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(58 853)	(32 742)
Total	405 695	445 479

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 406 milhares de euros (2019: 418 milhares de euros).

20. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2020 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os Ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são analisados como se segue:

EUROS						
	ATIVOS	PASSIVOS	2020	ATIVOS	PASSIVOS	2019
Impostos correntes						
IRC a recuperar / (pagar)	135 943	-	135 943	-	892 684	(892 684)
Retenção de imposto na fonte	-	2 610	(2 610)	-	14 565	(14 565)
IVA a pagar	-	28 894	(28 894)	-	11 060	(11 060)
Selo	-	480 723	(480 723)	-	456 372	(456 372)
ANPC	-	98 424	(98 424)	-	96 523	(96 523)
INEM	-	26 587	(26 587)	-	20 692	(20 692)
Taxa para o FAT	-	347	(347)	-	266	(266)
Taxa para a ASF	-	76 730	(76 730)	-	64 788	(64 788)
Contribuições para a Segurança Social	-	3 420	(3 420)	-	3 373	(3 373)
Total	135 943	717 734	(581 792)	-	1 560 323	(1 560 323)

Os Ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2020 e 2019, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

EUROS				
	2019	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2020
Ativos e passivos por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(112 861)	(80 819)	-	(193 680)
Diferenças temporárias	5 991	-	(9)	5 982
Total	(106 870)	(80 819)	(9)	(187 698)

EUROS				
	2018	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2019
Ativos e passivos por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(21 475)	(91 386)	-	(112 861)
Diferenças temporárias	1 917	-	4 075	5 991
Total	(19 558)	(91 386)	4 075	(106 870)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Resultado antes de impostos	5 308 854	6 585 662
Gasto de imposto nominal (24,7%)	(1 308 758)	(1 634 344)
Gasto de imposto efetivo	(1 308 335)	(1 635 171)
Taxa efetiva de imposto	24,6%	24,8%
Diferença	423	(828)
Tributação autónoma	(482)	(1 130)
Custos não aceites fiscalmente	(1 283)	(5 325)
Benefícios fiscais	2 196	1 553
Outros	(9)	4 075
Diferença	423	(828)

21. Acréscimos e diferimentos

A rubrica Acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisada como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Ativo		
Acréscimos de proveitos	83 693	68 463
Gastos diferidos	30 693	22 718
Total acréscimos e diferimentos ativos	114 386	91 181
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(385 128)	(282 077)
Outros acréscimos de gastos	(1 556 365)	(760 518)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(1 941 493)	(1 042 595)
Total	(1 827 106)	(951 414)

A rubrica de Acréscimos de proveitos corresponde a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A. (ex-Popular Seguros), cuja respetiva faturação ocorreu no início de 2021. Ver Nota 24.

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 122 milhares de euros (2019: 115 milhares de euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 254 milhares euros (2019: 154 milhares de euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 769 milhares de euros (2019: 243 milhares de euros), serviços de informáticos 273 milhares de euros (2019: 208 milhares de euros) bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 414 milhares de euros (2019: 235 milhares de euros) incorridos e ainda não liquidados.

22. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2020	2019
Contas a pagar por operações de seguro direto	3 061 094	2 306 591
Contas a pagar por operações de resseguro	1 849 617	1 275 630
Contas a pagar por outras operações	6 439 902	2 395 670
Total	11 350 613	5 977 891

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 2,1 milhões de euros (2019: 2,3 milhões de euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro. Ver Nota 24.

A rubrica de Contas a pagar por outras operações inclui o montante de 216 milhares de euros (2019: 1,5 milhões de euros) a pagar ao fornecedor que presta apoio às atividades de gestão de sinistros do ramo Incêndio e outros danos. A maior parte deste saldo foi liquidado em janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui ainda o montante de 851 milhares de euros (2019: 731 milhares de euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2021. Ver Nota 24.

Em 2020, a rubrica de Contas a pagar por outras operações inclui adicionalmente o montante de 5 milhões de euros relativos a dividendos aprovados para distribuição pela Assembleia Geral em 30 de março de 2020.

Considerando as recomendações no âmbito da situação excepcional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular n.º 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados.

23. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os Resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2020	2019
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	4 000 519	4 950 490
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
Total	0,53	0,66

Reservas de reavaliação

As Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

Ver adicionalmente a Nota 16.

	EUROS	
	2020	2019
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	347 245	268 317
De outros emissores	397 678	183 127
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	744 923	451 444

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica Reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica de Outras reservas inclui o montante de 4.900.000 euros, correspondente ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4.400.000 euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500.000 euros

24. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Por outro lado, em 2019, o Banco Santander Totta, S.A. contratou uma apólice de seguro do ramo Incêndio e outros danos, junto da Companhia.

Em 2017, a Blue Square Re, inserida no Grupo Aegon passou a integrar o conjunto de resseguradores da Companhia, especificamente no ramo de Incêndio e outros danos.

No final de 2018, a Aegon Santander Portugal Não Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Não Vida concretizar-se-á em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 2 milhões de euros.

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a Popular Seguros, S.A., atualmente designada Mapfre Santander Portugal, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações).

Considerando as recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular n.º 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados em Assembleia Geral.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/ perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

EUROS

	2020			2019		
	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (APAGAR)	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (APAGAR)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(23 739 214)	-	(2 065 964)	(20 672 429)	-	(2 301 522)
Depósitos à Ordem	-	6 689 166	-	-	3 767 460	-
Suporte tecnológico	(326 233)	-	-	(735 631)	-	(159 000)
Prémios de seguro	479 169	-	-	459 160	-	-
Outros	(313 297)	-	-	(203 767)	-	(5 243)
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.						
Comissões de mediação	(13 231)	-	(2 129)	(14 564)	-	(1 149)
Blue Square Re N.V.						
Resseguro cedido	8 691	-	2 092	(188 593)	5 031	(46 857)
Santander Global Technology, S.L.						
Serviços informáticos	(150 228)	-	-	(150 228)	-	(12 519)
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(605 986)	-	(280 266)	(664 842)	-	(54 016)
Suporte tecnológico	(20 000)	-	(10 000)	(20 000)	-	(1 667)
Mapfre Santander Portugal, S.A. (ex-Popular Seguros)						
Serviços de gestão administrativa	295 237	-	102 944	68 463	-	68 463
Santander Totta Seguros, S.A.						
Dividendos pendentes de liquidação	-	-	(2 450 000)	-	-	-
Aegon Spain Holding, B.V.						
Dividendos pendentes de liquidação	-	-	(2 550 000)	-	-	-
Aegon Santander Portugal Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	(851 364)	-	-	(729 024)
Total	(24 385 092)	6 689 166	(8 104 687)	(22 122 431)	3 772 492	(3 242 534)

25. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia;
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (*Compliance*):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

a) Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete a incerteza de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com precisão o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento temporal em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarificação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas e com o documento *Estratégia de risco e tolerância*, onde se estabelecem os limites de consumo de capital por categoria de risco.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimento, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de *cash flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas no decurso da sua atividade. Como tal, esta Política documenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Posto isto, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir o valor atual dos *cash flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO	LIMITE DO TRATADO
Acidentes pessoais <i>telemarketing</i>	Proporcional <i>Quota-Share</i>	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	80 000 € ⁽¹⁾	2 000 000 €
Acidentes pessoais CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	7 500 000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	400 000 €
Acidentes de trabalho - XL CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	100 000 €	1 800 000 €
Acidentes de trabalho - Prot. Jurídica	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multiriscos habitação - XL/R	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	75 000 € ⁽²⁾	1 500 000 €
Multiriscos habitação - XL CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 500 000 €	300 000 000 €
Multiriscos habitação Assistência	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-
Doença Assistência	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Doença Risco Base	Proporcional <i>Quota-Share</i>	40%	-
Doenças Graves Internacional	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Assistência			
Proteção Jurídica			
Assistência no Repatriamento (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

(¹) por pessoa segura/sinistro
(²) por local de risco/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

Cenário	EUROS	
	2020	2019
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(502 411)	(359 128)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(837 351)	(598 546)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(935 087)	(781 038)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(1 558 478)	(1 301 731)

b)

Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

EUROS					
2020	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	40 146 336	-	-	40 146 336	40 146 336
Total	40 146 336	-	-	40 146 336	40 146 336

EUROS					
2019	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 677 666	-	-	33 677 666	33 677 666
Total	33 677 666	-	-	33 677 666	33 677 666

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Este risco encontra-se essencialmente nas obrigações, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis.

Analisando os ativos da Companhia, que não detém obrigações de taxa variável, e os passivos conclui-se que o risco de taxa de juro não é materialmente relevante.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2020 e 2019:

EUROS				
	2020		2019	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	38 709 997	96%	33 677 666	100%
Obrigações de taxa variável	1 436 339	4%	-	0%
Total	40 146 336	100%	33 677 666	100%

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

EUROS							
2020	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	42 760 365	41 453 351	40 799 844	40 146 336	39 492 829	38 839 322	37 532 308
Impacto	2 614 029	1 307 014	653 507	-	(653 507)	(1 307 014)	(2 614 029)

EUROS							
2019	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	40 250 280	38 847 753	38 146 490	37 445 226	36 743 963	36 042 700	34 640 173
Impacto	2 805 053	1 402 527	701 263	-	(701 263)	(1 402 527)	(2 805 053)

Risco de *spread*

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor.

Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

SETOR DE ATIVIDADE	EUROS			
	2020		2019	
	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Financeiro	13 176 377	32,82%	10 883 275	32,32%
Governamental	10 645 077	26,52%	10 145 230	30,12%
Consumo, não cíclico	2 909 025	7,25%	1 480 430	4,40%
Consumo, cíclico	2 439 301	6,08%	1 924 076	5,71%
Utilities	2 056 961	5,12%	1 425 695	4,23%
Asset backed securities	2 027 969	5,05%	2 042 064	6,06%
Comunicações	2 009 357	5,01%	2 193 768	6,51%
Energia	1 373 675	3,42%	536 894	1,59%
Tecnologia	923 882	2,30%	909 176	2,70%
Multi-nacional	914 698	2,28%	911 912	2,71%
Infraestrutura	851 917	2,12%	852 140	2,53%
Materiais básicos	818 097	2,04%	373 006	1,11%
Total	40 146 336	100%	33 677 666	100%

c) Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar. Adicionalmente, a Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades / excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada no seguinte quadro:

EUROS							
2020	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	6 689 166	6 689 166
Ativos financeiros disponíveis para venda	425 864	2 250 104	11 503 688	12 475 855	13 490 825	-	40 146 336
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	405 695	-	-	-	-	-	405 695
Total	831 559	2 250 104	11 503 688	12 475 855	13 490 825	6 689 166	47 241 198
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 061 094	-	-	-	-	-	3 061 094
Contas a pagar por operações de resseguro	1 849 617	-	-	-	-	-	1 849 617
Contas a pagar por outras operações	1 439 902	-	-	-	-	5 000 000	6 439 902
Total	6 350 613	-	-	-	-	5 000 000	11 350 613

EUROS							
2019	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	3 767 460	3 767 460
Ativos financeiros disponíveis para venda	209 366	673 172	5 524 803	15 799 117	11 471 208	-	33 677 666
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	445 479	-	-	-	-	-	445 479
Total	654 845	673 172	5 524 803	15 799 117	11 471 208	3 767 460	37 890 605
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	2 306 591	-	-	-	-	-	2 306 591
Contas a pagar por operações de resseguro	1 275 630	-	-	-	-	-	1 275 630
Contas a pagar por outras operações	2 395 670	-	-	-	-	-	2 395 670
Total	5 977 891	-	-	-	-	-	5 977 891

Os dividendos pendentes de liquidação registados no passivo em 2020 foram considerados com maturidade indefinida. Ver Nota 22.

d) Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

A exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se no quadro que se segue:

EUROS						
2020	AAA	AA	A	BBB	SEM RATING	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	6 689 166	-	-	6 689 166
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 866 139	4 163 089	20 877 731	12 239 377	-	40 146 336
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	405 695	405 695
	2 866 139	4 163 089	27 566 897	12 239 377	405 695	47 241 198

EUROS						
2019	AAA	AA	A	BBB	SEM RATING	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	3 767 460	-	-	3 767 460
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 891 355	5 103 655	14 767 631	10 915 024	-	33 677 666
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	445 479	445 479
	2 891 355	5 103 655	18 535 091	10 915 024	445 479	37 890 605

Os quadros seguintes apresentam o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

RESSEGURADOR	RATING		
	S&P	MOODY'S	FITCH
AXA	AA-	Aa3	-
Blue Square Re N.V.	AA-	-	-
Chubb	A	-	A+
Europ Assistance	-	Baa1	A-
GenRe	AA+	Aa1	-
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	AA-	-	-
Hannover Rück SE	AA-	-	-
InterPartner Assistance	NR	NR	NR
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	A+	-	-
MunichRe	AA-	Aa3	AA-
Nacional de Reaseguros, S.A.	A	-	-
Qbe Re Europe Limited	A+	A1	-
R+V Versicherung AG	AA-	-	-
RGA International Reinsurance Company	AA-	-	-
SCOR SE	AA-	Aa3	A+
Swiss Re Europe S.A.	AA-	Aa3	-

PARTICIPAÇÃO

RESSEGURADOR	ACIDENTES PESSOAIS TELEMARKETING	ACIDENTES PESSOAIS 2015	ACIDENTES PESSOAIS CAT	ACIDENTES DE TRABALHO - QS	ACIDENTES DE TRABALHO - XL CAT	ACIDENTES DE TRABALHO - PROT. JURÍDICA	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL/R
AXA	-	-	-	-	-	-	-
Blue Square Re N.V.	-	-	-	-	-	-	-
Chubb	100,0%	-	-	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	-	-	-	-
GenRe	-	-	50,0%	-	-	-	-
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	-	-	-	-	-	-	10,0%
Hannover Rück SE	-	-	-	-	-	-	-
InterPartner Assistance	-	-	-	-	-	100,0%	-
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	-	10,0%	-	-	-	-	8,5%
MunichRe	-	35,0%	-	-	-	-	15,0%
Nacional de Reaseguros, S.A.	-	15,0%	-	-	-	-	3,0%
Qbe Re Europe Limited	-	-	-	-	-	-	10,0%
R+V Versicherung AG	-	-	-	100,0%	100,0%	-	15,0%
RGA International Reinsurance Company	-	20,0%	30,0%	-	-	-	-
SCOR SE	-	20,0%	-	-	-	-	15,0%
Swiss Re Europe S.A.	-	-	20,0%	-	-	-	23,5%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

PARTICIPAÇÃO

RESSEGURADOR	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL CAT	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO ASSISTÊNCIA	RESPONSABILIDADE CIVIL	DOENÇA ASSISTÊNCIA	DOENÇA RISCO BASE	DOENÇAS GRAVES INTERNACIONAL	ASSISTÊNCIA PROTEÇÃO JURÍDICA ASSISTÊNCIA NO REPATRIAMENTO	PROTEÇÃO PAGAMENTOS (APÓLICES EX- POPULAR SEGUROS)
AXA	-	-	-	-	-	-	-	100%
Blue Square Re N.V.	-	-	-	-	-	-	-	-
Chubb	-	-	-	-	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	-	-	-	100%	-
GenRe	-	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	16,5%	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Rück SE	-	-	-	-	-	-	-	-
InterPartner Assistance	-	100%	-	100%	-	-	-	-
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	10,0%	-	-	-	-	-	-	-
MunichRe	15,0%	-	-	-	100,0%	100,0%	-	-
Nacional de Reaseguros, S.A.	2,0%	-	-	-	-	-	-	-
Qbe Re Europe Limited	6,5%	-	-	-	-	-	-	-
R+V Versicherung AG	15,0%	-	50,0%	-	-	-	-	-
RGA International Reinsurance Company	-	-	-	-	-	-	-	-
SCOR SE	15,0%	-	-	-	-	-	-	-
Swiss Re Europe S.A.	20,0%	-	50,0%	-	-	-	-	-
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre 31 de dezembro de 2020 e 2019:

EMITENTE	EUROS			
	2020		2019	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Portugal	5 228 939	46,4%	4 672 319	46,1%
Holanda	1 849 713	16,4%	1 871 658	18,4%
Espanha	960 896	8,5%	969 878	9,6%
Polónia	791 587	7,0%	813 485	8,0%
Bélgica	707 057	6,3%	701 426	6,9%
Irlanda	695 182	6,2%	710 672	7,0%
República Checa	617 471	5,5%	-	0,0%
Itália	411 702	3,7%	405 791	4,0%
	11 262 548	100,0%	10 145 230	100,0%

e) Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;

- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

f)

Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

g)

Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma a gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

26. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2020 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2020.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2020 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2021.

27. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS					VALOR DE BALANÇO
DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
Títulos nacionais					
Dívida pública					
PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	1 555 000	124,2	1 930 570	116,6	1 813 777
PORTUGAL 0,70% 15/10/2027 (9833)	750 000	104,5	783 675	106,6	799 490
PORTUGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)	600 000	128,2	769 488	131,0	785 920
PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	500 000	115,5	577 690	119,4	597 040
PORTUGAL 2,2% 17/10/2022 (8912)	460 000	106,4	489 348	105,7	486 289
PORTUGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)	400 000	114,0	455 832	116,6	466 458
PORTUGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)	225 000	124,7	280 685	124,4	279 965
Outros emissores					
METRO DE LISBOA 4,799% 07/12/2027 (6146)	500 000	137,6	687 750	132,8	663 998
METRO LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)	150 000	127,6	191 325	125,3	187 919
Títulos estrangeiros					
Ações					
PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100	100	100	100
Dívida pública					
HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	1 250 000	109,1	1 364 005	107,1	1 338 778
ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	850 000	111,7	949 578	113,0	960 896
BELGICA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	107,1	707 057
IRLANDA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	115,9	695 182
PAISES BAIXOS 0% 15/01/2024 (9238)	500 000	98,9	494 380	102,2	510 935
POLONIA 3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	111,9	447 525
ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	400 000	99,3	397 124	102,9	411 702
POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	300 000	116,5	349 350	114,7	344 061
CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	500 000	121,2	606 000	123,5	617 471
Outros emissores					
NAB 0,625% 10/11/2023 (9307)	1 165 000	100,1	1 165 594	102,5	1 194 373
NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	900 000	110,3	992 556	112,9	1 016 426
POPULAR 0,875% 28/09/2021 (8532)	1 000 000	99,6	995 500	101,2	1 011 543
IBM CORP 1,25% 29/01/2027 (9646)	850 000	107,1	910 469	108,7	923 882
BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	900 000	99,6	896 404	102,6	923 451
CORP ANDINA 1,125% 13/02/2025 (9589)	878 000	105,7	928 134	104,2	914 698
MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	850 000	104,5	888 174	106,0	900 896
CALL - BOOKING 1,80% 03/03/2027 (8628)	800 000	111,7	893 568	111,1	889 106
ENI SPA 1,25% 18/05/2026 (9926)	800 000	106,5	852 288	106,8	854 699
NATWEST 1,00% 28/05/2024 (9545)	800 000	102,0	816 376	103,9	831 036
CALL - BASF 0,25% 05/06/2027 (9827)	800 000	100,9	806 824	102,3	818 097
CALL - ESSILORLU 0,375% 27/11/27 (9756)	800 000	101,5	811 600	101,9	814 999
WELLS FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	800 000	100,3	802 065	101,7	813 761
DAIMLER 0,875% 09/04/2024 (9361)	750 000	101,7	762 953	103,2	774 313
JEFFERIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	750 000	100,2	751 350	102,2	766 515
CALL - ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	700 000	105,4	737 884	107,6	753 485
GOLDMAN SACHS 2.5% 18/10/2021 (8375)	700 000	108,6	760 193	102,8	719 585
CALL - UBS GROUP 0,25% 29/01/2026 (9754)	700 000	99,4	695 891	100,9	706 245
CALL - GLAXO 1,25% 21/05/2026 (9459)	600 000	104,3	625 920	107,4	644 569
CALL TELEFONIC 1,201% 21/08/2027 (9928)	500 000	107,3	536 605	107,5	537 510
CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	500 000	105,4	526 750	106,6	533 194
CALL - EDF 1% 13/10/2026 (9617)	500 000	105,1	525 355	106,0	530 097
CALL - JPMORGAN 1,09% 11/03/27 (9461)	500 000	105,2	526 050	105,9	529 455
BMW 1,00% 29/08/2025 (9482)	500 000	102,6	512 800	105,5	527 349
BNPP 1,125% 11/06/2026 (9549)	500 000	105,4	527 245	105,4	526 918
CAIXABANK 1,75% 24/10/2023 (9351)	500 000	99,6	497 860	105,1	525 345
BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	500 000	103,1	515 305	104,7	523 363
REPSOL 3,625% 07/10/2021 (8235)	500 000	115,3	576 600	103,8	518 976
CALL - BERKSHIRE 0,75% 16/03/2023 (8978)	500 000	100,9	504 504	102,5	512 599
SOCIETE GENERAL 1% 01/04/2022 (9147)	500 000	102,0	510 170	102,3	511 303
RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,4	497 185	101,9	509 517
TOYOTA 0,25% 16/07/2026 (9757)	500 000	100,7	503 500	101,7	508 485
ROCHE 6,50% 04/03/2021 (5944)	400 000	135,0	540 160	106,5	425 864
BANCO SABADELL 1,75% 10/05/2024 (9519)	400 000	101,7	406 944	104,4	417 507
SANTAN CO 0,875% 24/01/2022 (8982)	400 000	101,2	404 648	102,0	408 074
CALL - RCI BANQU 0,75% 26/09/2022(9132)	400 000	101,1	404 280	101,2	404 705
EDF 4,125% 25/03/2027 (9645)	300 000	128,0	383 952	128,6	385 688
AMERICA MOVIL 4,75% 28/06/2022 (6708)	325 000	123,6	401 590	109,7	356 452
CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	340 000	100,2	340 612	102,6	348 739
RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	106,4	319 056

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS					EUROS
DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	VALOR DE BALANÇO TOTAL
Títulos estrangeiros (cont.)					
Outros emissores					
RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	106,4	319 056
CALL - MERLIN 2,375% 23/05/2022 (8927)	300 000	104,9	314 661	104,2	312 710
BNP 1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	103,9	311 652
CARGILL 2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	108,0	270 107
TELENOR 2,50% 22/05/2025 (8846)	200 000	112,0	224 036	113,1	226 289
CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	220 000	100,0	219 956	102,0	224 450
CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	200 000	99,1	198 252	102,3	204 649
CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	200 000	99,6	199 138	100,3	200 639
CALL - HITACHI 0,125% 29/11/2022 (9677)	150 000	99,7	149 570	99,7	149 497
Total					40 146 436

Anexo II

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)					EUROS
RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2019	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO	PROVISÃO PARA SINISTROS* EM 31/12/2020	REAJUSTAMENTOS	
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)	
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	7 582	303	7 279	-	
Acidentes pessoais	845 566	277 271	533 681	(34 614)	
Doença	2 722	-	2 722	-	
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	6 781 805	6 469 625	1 138 428	826 248	
Responsabilidade civil geral					
	4 678	443	4 802	567	
Total	7 642 352	6 747 642	1 686 911	792 201	

(*) Sinistros ocorridos em anos anteriores



03

RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2020

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2020, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As onze reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2020 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo cinco delas contado com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal participou, através de meios telemáticos, na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2020 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2019.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2020, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foi acompanhada a incorporação, ocorrida no final de 2019, do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A., composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se inclui a convicção do Conselho de Administração de que, atenta a forma como a Companhia reagiu aos desafios introduzidos pela pandemia Covid-19, esta está bem preparada para absorver a disrupção adicional causada pela pandemia e continuar a apoiar os clientes e a comunidade.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

Foi analisado o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas no período do seu segundo mandato, na sequência do que o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor, emitiu e apresentou para a Assembleia Geral da Companhia a competente proposta de recondução.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.



O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2020;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 26 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: B100362136
Data: 2021.03.26 16:39:21+00'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**
Num. de Identificação: B101121249
Data: 2021.03.26 16:52:05+00'00'

António Baia Engana (Vogal)

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)



04

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE
CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 53.055.263 euros e um total de capital próprio de 21.017.797 euros, incluindo um resultado líquido de 4.000.519 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria****Ativo intangível – Direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e carteiras de seguros de ramos reais**

Mensuração e divulgações relacionadas com o ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais, apresentadas nas notas anexas 1, 2 c), 3 e 17 às demonstrações financeiras.

O ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo de incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais apresentado na demonstração da posição financeira compreende montantes de 3.018 milhares de euros e 1.669 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2014 a Entidade adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos ao ramo incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Entidade, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Entidade uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.

Subsequentemente, no final de 2018, a Entidade celebrou com a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiria uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndios e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração do ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais, tendo incluído:

- A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais; e
- A análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se concretizou no final de 2019, pelo montante total de 1.872 milhares de euros.</p> <p>Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Entidade.</p> <p>De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico, a Entidade analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado.</p> <p>Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	
<p>Provisão para sinistros de seguro direto</p> <p><i>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de seguro direto apresentada nas notas anexas 2 I), 3 e 18 às demonstrações financeiras.</i></p> <p>A provisão para sinistros de seguro direto apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 10.725 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 33% do total do passivo da Entidade a essa data.</p> <p>As responsabilidades futuras da Entidade para regularização de processos de sinistros, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Entidade e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos pela nossa equipa, a qual integrou especialistas em atuariado, tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid19 na mensuração das provisões para sinistros de seguros de seguro direto, tendo incluído:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros de seguro direto;

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamento e estimativas relativas a sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Entidade não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p> <p>Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade; • A realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • A identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Entidade; e • A realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Entidade. <p>Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez para o triénio compreendido entre 2015 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015. A nossa segunda nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2018, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

26 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



SEGUROS NÃO VIDA

Rua da Mesquita, n°6, 1070-238 Lisboa
Tel.: 21 780 73 69